

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

*Demonstrações Financeiras Referente ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório da Administração	1-7
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8-9
Balanço patrimonial	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15-48

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da CCR RodoAnel, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

O RodoAnel marca a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$2,0 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do RodoAnel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio iniciou-se em 17 de Dezembro de 2008.

Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno das rodovias sob sua administração.

A CCR RodoAnel tem como acionistas a CCR (98,8034%) e a Encalso Construções Ltda. (1,1966%)

1.3. Destaques do ano de 2014

Destaques financeiros

- Liquidação de 1ª Série da 2ª Debêntures de R\$ 500.000 mil.
- 3ª Emissão de Debêntures no valor de R\$ 560.000 mil.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança corporativa

Conselho de Administração

Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais (1) um será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por (2) dois membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por 8 (oito) membros efetivos, residentes no país, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e outro Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Geral de Acionista para um mandato de 1 (um) ano, admitido a reeleição, devendo os mesmos permanecerem nos cargos até a posse dos novos membros eleitos.

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Nossos Diretores são responsáveis pelo dia-a-dia de nossa administração e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nossa Diretoria é composta por (2) dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da CCR no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodaneloeste.com.br/ri

2.2. Gestão de pessoas

A CCR RodoAnel acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2014, foram investidos R\$ 183 mil em programas de capacitação de 504 pessoas.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1. Mercado

A CCR RodoAnel é a empresa responsável pela administração dos 32 quilômetros do trecho oeste do RodoAnel Mário Covas, no Estado de São Paulo, importante via que integra as Rodovias Raposo Tavares, Castello Branco, Anhanguera, Bandeirantes e Régis Bittencourt, por onde passam aproximadamente 250 mil veículos por dia, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas.

3.2. Desempenho

Em R\$ mil	2014	2013	Var. %
Receita líquida	222.715	215.863	3,17%
Receita de pedágio	220.289	203.992	7,99%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	19.319	27.557	-29,89%
Outras receitas	2.007	1.536	30,66%
(-) Deduções da receita bruta	18.900	17.222	9,74%
(-) Custos e despesas (a)	173.748	182.289	-4,69%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	19.319	27.557	-29,89%
Demais custos e despesas	154.429	154.732	-0,20%
(-) Resultado financeiro líquido	285.644	216.230	32,10%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	-80.288	-61.890	0,3 p.p.
Prejuízo líquido	-156.389	-120.766	29,50%
(+) Resultado financeiro líquido	285.644	216.230	32,10%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-80.288	-61.890	29,73%
EBIT (b)	48.967	33.574	45,85%
Margem EBIT	21,99%	15,55%	6,4 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	24,07%	17,83%	6,2 p.p.
(+) Depreciação/amortização	18.785	18.264	2,85%
EBITDA (b)	67.752	51.838	30,70%
Margem EBITDA	30,42%	24,01%	6,4 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	1.990	1.918	3,75%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	73.578	73.578	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	143.320	127.334	12,55%
Margem EBITDA ajustada (f)	70,46%	67,62%	2,8 p.p.
Dívida bruta	1.896.271	1.824.504	3,93%
Investimentos	29.137	33.317	-12,55%
Veículos equivalentes (em milhares)	142.047	135.995	4,45%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item “k”) e 18 - Provisão de manutenção.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 9 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.1. Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2014 totalizou R\$ 220.289 mil (+7,9% sobre 2013) e representou 99,10% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego que, medido em termos de veículos equivalentes, teve crescimento de 4,5% em relação a 2013. Além disso, a tarifa média apresentou crescimento de 3%.

3.2.2. Custos e despesas

Os custos totais apresentaram uma redução de 4,7% em relação a 2013, perfazendo R\$ 173.748 mil no ano de 2014. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 19.319 mil. Os valores de investimentos da CCR RodoAnel acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. Neste ano os principais investimentos realizados foram: Recuperação de Obras de Arte Especiais; Implantação da 5ª faixa do km 14,5 ao km 24,4 e Implantação de Novas Passarelas.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 1.990 mil e apresentou um aumento de 3,8% em 2014, em relação ao ano de 2013. Durante o exercício de 2014, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 18.785 mil no ano de 2014. O crescimento de 2,8% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos, bem como do incremento previsto do tráfego no período.
- O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 76.914 mil. A variação de -1,9% deve-se a redução da parcela de ônus variável das concessionárias de 3% para 1,5% da receita bruta, em compensação ao não reajuste das tarifas contratuais nas rodovias do Estado de São Paulo em 2013, conforme deliberado pela ARTESP.
- Os custos e despesas de serviços totalizaram R\$ 26.093 mil, no ano de 2014, uma redução de 2,1%. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. Os custos não sofreram grandes variações em relação ao ano anterior.
- Os custos e despesas com pessoal atingiu R\$ 19.664 mil no ano de 2014, registrando aumento de 6,2%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio ocorrido em 2014.
- Os outros custos e despesas (serviços públicos, alugueis, marketing, viagens e outros) apresentaram um aumento de 4,9% e atingiram R\$ 6.741 mil no ano de 2014, ficando em linha com os gastos realizados de 2013

3.2.3. Resultado financeiro

No ano de 2014, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 285.644 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 216.230 mil em 2013. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo de caixa, com conseqüente aumento do rendimento de aplicações financeiras.

Compensando esse efeito, houve aumento na taxa CDI impactando os juros dos financiamentos já existentes e da dívida subordinada. Em Maio de 2014 houve uma captação de R\$ 560.000 que também influenciou no aumento das despesas financeiras de 2014.

3.2.4. Prejuízo do Exercício

Em 2014, o prejuízo líquido atingiu -R\$ 156.389 mil, apresentando um aumento de 29,5% em relação a 2013.

3.2.5. Dívida

Em 2014, a dívida bruta consolidada com debêntures alcançou R\$ 1.896.271 mil em comparação a R\$ 1.824.504 mil em 2013.

O crescimento da dívida deveu-se, principalmente, à 3ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 560.000 e à liquidação da 2ª emissão de Debêntures, no valor de R\$ 500.000, ambas realizadas em maio de 2014.

3.2.6. Investimentos

No acumulado do ano de 2014, os investimentos somaram R\$ 29.137 mil. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população litorânea e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2014, destaca-se a implantação da 5ª faixa do km 14,5 ao km 24,4, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez na rodovia.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, e é considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento do Grupo.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro: redução de custos, geração de receitas e acesso ao capital;
- Capital social: desenvolvimento local, isto é inclusão social, educação, saúde, cultura e esporte;
- Capital humano: treinamento, capacitação, qualidade de vida, inovação e realização pessoal;
- Capital manufaturado: infraestrutura e equipamentos para a empresa desenvolver seus serviços;
- Capital natural: redução de poluição e redução da degradação dos sistemas naturais;
- Capital intelectual: conhecimento e propriedade intelectual.

4.1 Desempenho Social

4.1.1. Capital Social e de Relacionamento – Stakeholders

No que diz respeito ao capital social, a CCR RodoAnel desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento.

Os projetos que mais se destacaram em 2014, foram:

Teatro de Mãos Dadas - Apresentação de Teatro que visa promover conceitos de cidadania, com foco principal nas questões de segurança viária (cinto de segurança, travessia segura e empinar pipas sem cerol), realizado voluntariamente por colaboradores da empresa mediante agendamento via relacionamento com Prefeituras das cidades do entorno da rodovia.

Contribuição Social para com as Comunidades onde atua - A CCR RodoAnel contribui socialmente através da realização de campanhas de arrecadação de ovos de páscoa, brinquedos e agasalhos que são doados às entidades filantrópicas e às comunidades carentes existentes ao longo da rodovia administrada pela CCR RodoAnel.

As ações destacadas acima foram realizadas através de doações/parcerias e de trabalho voluntário dos colaboradores da CCR RodoAnel.

4.1.2. Capital Humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2014 ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores das metas pactuadas para o ano); Semana Interna do Trânsito (divulgação dos conceitos de direção defensiva); Inspiração (interação das áreas e a participação no processo de avaliação de competências) e; Programa de Formação de Novos Líderes (capacitação de colaboradores recém promovidos aos cargos de liderança).

4.2 Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

A CCR RodoAnel possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo.

No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2014 a CCR RodoAnel atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas.

Durante 2014 houve uma redução de 0,78% do consumo de água em comparação ao no de 2013. Entre as ações realizadas estão a utilização de reúso de água nos processos na sede da Companhia e a implantação de captação de água de chuva em algumas instalações.

Quanto aos recursos energéticos, durante 2014 a CCR RodoAnel investiu em novas tecnologias para a redução do consumo de energia elétrica. Entre as ações estão a substituição de lâmpadas comuns por LED, novo sistema de ar condicionado com maior eficiência e energia solar em equipamentos operacionais.

Em relação à gestão de resíduos sólidos, a CCR RodoAnel atua nos processos de manipulação, armazenagem, tratamento, destinação e logística reversa, quando aplicável, dos resíduos que gera.

4.2.1 Capital Manufaturado

No RodoAnel Oeste, através do equipamento cepilhamento que se trata de uma espécie de lixamento, conseguiu-se reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção.

Foram investidos R\$ 585 mil no cepilhamento, proporcionando maior conforto dos usuários na rodovia.

Anualmente a CCR Rodoanel mede o QI (quociente de irregularidade), índice que mede o conforto na rodovia, em 2014 foi identificado que após o cepilhamento a rodovia se manteve nos níveis de conforto desejados no contrato de concessão.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR RodoAnel.

5.2 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
Barueri - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 1, que menciona que se encontra em fase inicial de defesa pela Companhia a ação popular protocolada em 15 de dezembro de 2008 pleiteando a anulação do contrato de concessão de operação do Rodoanel Mário Covas, que trata do objeto operacional da Companhia. O processo encontra-se em fase de instrução com a apresentação de defesas e produção de eventuais provas. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que um desfecho favorável da causa à Companhia é possível. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



João Rafael Belo de Araújo Filho
Contador
CRC nº1 SP 246752/O-6

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>2014</u>	<u>2013</u>			<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo	Nota			Passivo	Nota		
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	20.043	17.721	Financiamentos e arrendamento mercantil		-	96
Contas a receber	7	1.168	997	Debêntures	14	586.943	525.985
Contas a receber - partes relacionadas	8	12.610	11.449	Fornecedores	15	9.515	8.967
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	Impostos e contribuições a recolher	16	1.962	1.914
Despesas antecipadas		1.008	1.223	Obrigações sociais e trabalhistas		2.572	2.435
Outros créditos		<u>1.039</u>	<u>566</u>	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	8	109	24
				Obrigações com o poder concedente		284	263
				Outras contas a pagar		663	128
				Provisão de manutenção	18	<u>255</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>109.446</u>	<u>105.534</u>				
				Total do passivo circulante		<u>602.303</u>	<u>539.812</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais		116	79	Debêntures	14	1.309.328	1.298.519
Impostos a recuperar		15	15	Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	57.000
Ativo fiscal diferido	10b	139.481	382.609	Impostos e contribuições a recolher	16	57.690	45.366
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.649.373	1.722.951	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	17	574	124
Outros créditos		104	144	Provisão de manutenção	18	4.542	2.453
Créditos a receber de partes relacionadas	8	<u>330.526</u>	<u>-</u>	Mútuos - partes relacionadas	8	<u>735.634</u>	<u>718.651</u>
		2.119.615	2.105.798	Total do passivo não circulante		<u>2.107.768</u>	<u>2.122.113</u>
Imobilizado	11	34.146	34.561	Passivo a descoberto			
Intangível	12	327.020	310.721	Capital social	19a	835.700	700.000
Diferido	13	<u>24.621</u>	<u>30.777</u>	Prejuízos acumulados		<u>(930.923)</u>	<u>(774.534)</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.505.402</u>	<u>2.481.857</u>	Total do passivo a descoberto		<u>(95.223)</u>	<u>(74.534)</u>
Total do ativo		<u><u>2.614.848</u></u>	<u><u>2.587.391</u></u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u><u>2.614.848</u></u>	<u><u>2.587.391</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstrações de resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	20	222.715	215.863
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(19.319)	(27.557)
Provisão de manutenção	18	(1.990)	(1.918)
Depreciação e amortização		(16.873)	(16.534)
Custo da outorga		(76.914)	(78.398)
Serviços		(22.047)	(23.796)
Custo com pessoal		(18.599)	(17.532)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.339)	(3.611)
Outros		(3.378)	(2.830)
		<u>(162.459)</u>	<u>(172.176)</u>
Lucro bruto		60.256	43.687
Despesas gerais e administrativas			
Custo com pessoal		(1.065)	(985)
Serviços		(4.046)	(2.865)
Materiais, equipamentos e veículos		(903)	(938)
Depreciação e amortização		(1.912)	(1.730)
Outros		(3.363)	(3.595)
		<u>(11.289)</u>	<u>(10.113)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		48.967	33.574
Despesas financeiras	21	(296.882)	(218.325)
Receitas financeiras	21	11.238	2.095
		<u>(285.644)</u>	<u>(216.230)</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(236.677)	(182.656)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10a	80.288	61.890
		<u>(156.389)</u>	<u>(120.766)</u>
Prejuízo do exercício		(156.389)	(120.766)
Prejuízo por ação ordinária - R\$		(0,2009)	(0,1725)
Prejuízo por ação preferencial - R\$		(0,2009)	(0,1725)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo do exercício	(156.389)	(120.766)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(156.389)</u>	<u>(120.766)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de dezembro de 2013		<u>700.000</u>	<u>(653.768)</u>	<u>46.232</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(120.766)</u>	<u>(120.766)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>700.000</u>	<u>(774.534)</u>	<u>(74.534)</u>
Aumento de capital	19	135.700	-	135.700
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(156.389)</u>	<u>(156.389)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>835.700</u>	<u>(930.923)</u>	<u>(95.223)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(156.389)	(120.766)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(80.288)	(61.890)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	18.785	18.264
Baixa de ativo imobilizado	624	163
Capitalização de custo de empréstimos	(4.116)	(2.042)
Juros sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	217.102	159.911
Constituição e reversão da provisão para riscos trabalhistas	1.313	124
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	106	35
Constituição de provisão de manutenção	1.990	1.918
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	355	115
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	76.199	60.057
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(277)	(261)
Contas a receber de partes relacionadas	(1.161)	(2.079)
Despesas antecipadas	215	(171)
Outros créditos e depósitos judiciais	(470)	382
(Aumento) redução dos passivos		
Fornecedores	548	(762)
Fornecedores partes relacionadas	85	(67)
Obrigações sociais e trabalhistas	137	424
Impostos, contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social	48	51
Obrigações com o poder concedente	21	(203)
Realização da provisão de manutenção	(1)	
Liquidação de riscos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários	(863)	-
Outras contas a pagar	535	33
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	148.076	126.814
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.702)	(3.718)
Aquisição de ativo intangível	(19.319)	(27.557)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(25.021)	(31.275)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Financiamentos e debêntures:		
Captações	559.312	-
Pagamentos principal	(500.095)	(175)
Pagamentos juros	(204.650)	(150.649)
Integralização de capital	24.700	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	57.000
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(120.733)	(93.824)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.322	1.715
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	17.721	16.006
No final do exercício	20.043	17.721
	2.322	1.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Penteadó de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados;
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados;
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no Contrato de Concessão nº. 001/ARTESP/2008.

A Concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Ampliações e melhoramentos

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de seis passarelas para pedestres;
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco;
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia;
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia;
- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego;
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável;
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens reversíveis

No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A concessionária terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

Ação Popular – Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda., com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a controlada RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de Suspensão de Liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

A ação foi julgada procedente. O Governo de São Paulo/Fazenda do Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso perante o Tribunal de Justiça de São Paulo inclusive contra a aplicação imediata da sentença, tendo em vista a anterior decisão do Tribunal de Justiça, que suspendeu os efeitos até o trânsito em julgado da ação, o que foi deferido. O recurso de apelação do Estado de São Paulo foi provido para anular o processo desde a citação, a fim de que o autor emende a petição inicial. A CCR e a Encalso interpuseram embargos de declaração, que foram rejeitados. Em 16 de fevereiro de 2012, foram interpostos os recursos ao STJ e STF, que aguardam juízo de admissibilidade. Negado seguimento aos recursos, foi apresentado recurso dessa decisão em 28 de janeiro de 2015.

Reajuste

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido a compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 1º de julho de 2014 a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer e antecipação de tutela, visando, em sede liminar, aplicação, a partir de 1º de julho de 2014, do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. No caso do Rodoanel, o índice não contratual foi superior ao contratual. Todavia, pela irregularidade, a Companhia requereu o índice correto. Em 2 de julho de 2014, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteado pela Concessionária. Em 11 de agosto de 2014 foi proferida decisão reconsiderando a anterior e deferindo a antecipação de tutela. Em 13 de agosto de 2014 foi juntado ofício comunicando a suspensão da antecipação da tutela pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Referida suspensão foi mantida pela maioria do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em julgamento ocorrido em 03 de setembro de 2014. Em primeira instância, o processo encontra-se em fase de instrução.

Instituto CCR: Em 19 de agosto de 2014, o Grupo CCR, constituiu o Instituto CCR com o objetivo de incentivar e promover atividades, programas e projetos nas áreas de cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, sem finalidade lucrativa.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “q”.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida
Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, de 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

p) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

r) Gastos pré-operacionais

A partir de 1º de janeiro de 2009, os gastos pré-operacionais não podem mais ser capitalizados e, conseqüentemente, passaram a ser registrados como despesas operacionais, com exceção daqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculados ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como custos de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos enquanto estes estiverem em construção.

Os saldos existentes no ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, estão sendo mantidos nesta conta até a sua completa amortização conforme opção descrita no item 20 do CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida para a Lei nº 11.941/09.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

s) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2014 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação ser torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos- Contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado	(a)
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios	(b)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidade de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(c)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hegde</i>	(d)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014;
- (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (d) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, sem gerar efeitos.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição
Nova interpretação - IFRIC 21 - Tributos	Aborda sobre quando reconhecer uma obrigação relativa a tributos
Alterações à IAS 32 - Instrumentos financeiros compensação de ativos e passivos financeiros	Esclarece as exigências relacionadas à compensação de ativos e passivos financeiros.
Alterações à IAS 36 - Divulgações do valor recuperável de ativos não financeiros	Excluem a exigência de divulgação do valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), para a qual o ágio ou outros ativos intangíveis, com vidas úteis indefinidas, foram alocados, quando não houver redução ao valor recuperável ou reversão da redução ao valor recuperável da correspondente UGC
Alterações à IAS 39 - Instrumentos financeiros: novação de derivativos e continuação da contabilização do "hedge"	Trazem a isenção da exigência de descontinuidade da contabilização de <i>hedge</i> quando um derivativo, designado como instrumento de <i>hedge</i> , é novado sob determinadas circunstâncias

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, se aplicáveis, ocorrerão a partir de janeiro de 2015.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 25 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- 10b Impostos diferidos
- 11 Depreciação do ativo imobilizado
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 17 Provisão para riscos
- 18 Provisão de manutenção
- 22 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito.
- b) Risco de taxas de juros e inflação.
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Abaixo estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, busca-se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 14.

As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IPCA.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os compromissos futuros relacionados a liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>
Debêntures	<u>588.302</u>	<u>1.310.000</u>
	<u>588.302</u>	<u>1.310.000</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 492.857, substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	636	683
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	19.407	17.038
	<u>20.043</u>	<u>17.721</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,52% do CDI, equivalente a 8,02% ao ano (8,03% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

7. Contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Vale pedágio	1.021	920
Outros	293	117
	<u>1.314</u>	<u>1.037</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)		
	(146)	(40)
	<u>1.168</u>	<u>997</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos a vencer	1.067	964
Créditos vencidos até 60 dias	88	33
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	13	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	39	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	107	40
	<u>1.314</u>	<u>1.037</u>

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos				
	Serviços prestados	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Ativo		Passivo		
				Contas a receber	Mútuo/Cessão de Crédito	Mútuos	AFAC	Fornecedores e contas a pagar
Controladora								
CCR S.A. (a) e (b)	192	-	76.294	-	-	670.787	-	15
Outras partes relacionadas								
Conces.do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (g)	-	5.917	-	-	275.134	-	-	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (g)	-	320	-	-	14.900	-	-	-
Conc.de Rod.do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (c) e (g)	-	871	-	15	40.492	-	-	6
Encalco Construções Ltda. (d)	-	-	7.013	-	-	64.847	-	4
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (e)	-	-	-	12.595	-	-	-	-
CPC (f)	1.074	-	-	-	-	-	-	84
Total circulante, 31 de dezembro de 2014	1.266	7.108	83.307	12.610	-	735.634	-	109
Total não circulante, 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	330.526	-	-	-
Total 31 de dezembro de 2014	1.266	-	83.307	12.610	330.526	735.634	-	109
Total circulante, 31 de dezembro de 2013	1.184	-	60.057	11.449	-	-	-	24
Total não circulante, 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	718.651	57.000	-
Total 31 de dezembro de 2013	1.184	-	60.057	11.449	-	718.651	57.000	24

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

2014

Remuneração dos administradores (h) 48

Na AGO realizada em 15 de abril de 2014, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual não inclui os encargos sociais.

Despesas com profissionais chaves da administração

2014

Remuneração: (h)

Benefícios de curto prazo - remuneração fixa 574

Outros benefícios:

Provisão de participação no resultado 48

622

- (a) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% ao ano do CDI com a controladora CCR. O vencimento do contrato será em 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (d) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 105% ao ano do CDI com a empresa Encalso. O vencimento para o contrato será de 15 de novembro de 2024. As taxas de remuneração são equivalentes às praticadas no mercado, nas datas em que as transações foram realizadas;
- (e) Referem-se aos valores de tarifa de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no exercício subsequente;
- (f) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (g) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão recebidos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando ocorrerá o recebimento do principal; e
- (h) Contempla o valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	<u>73.578</u>	<u>73.578</u>
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	<u>1.649.373</u>	<u>1.722.951</u>

Durante os meses de maio de 2008 a maio de 2010 foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga. Esses valores foram registrados no ativo e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo da concessão.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos diferidos

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(236.677)	(182.656)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	80.470	62.103
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(84)	(66)
Despesas indedutíveis	(101)	(154)
Outros ajustes tributários	3	7
	<u>(182)</u>	<u>(213)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>80.288</u>	<u>61.890</u>
Impostos diferidos	80.288	61.890
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social tem a seguinte origem:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	156.646	397.703
Provisão para participação nos resultados (PLR)	186	197
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	222	98
Provisão para riscos trabalhistas	195	42
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	7.708	5.151
Constituição da provisão de manutenção (c)	1.631	834
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	84	67
Receita financeira a apropriar	1.153	1.441
Provisão para fornecedores	152	10
	<u>167.977</u>	<u>405.543</u>
Bases passivas		
Pagamento de juros e principal - arrendamento mercantil financeiro	(83)	(83)
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(22.261)	(17.736)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(6.152)	(5.114)
Amortização do custo de transação	-	(1)
	<u>(28.496)</u>	<u>(22.934)</u>
Ativo diferido líquido	<u>139.481</u>	<u>382.609</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos:

- (a) A Companhia estima recuperar os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a partir do exercício de 2020.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a estas previsões.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo inferior ao acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “f”, conforme práticas contábeis – Lei 11.638/07;
- (d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07; e
- (e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei 11.638/07.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2014			2013		
		Custo	De preciação	Líquido	Custo	De preciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	1.216	(398)	818	945	(285)	660
Máquinas e equipamentos	11	21.898	(6.606)	15.292	19.685	(4.429)	15.256
Veículos	24	2.446	(537)	1.909	1.832	(600)	1.232
Equipamentos operacionais	16	24.358	(13.210)	11.148	22.492	(10.022)	12.470
Imobilizado em andamento	-	4.979	-	4.979	4.943	-	4.943
		<u>54.897</u>	<u>(20.751)</u>	<u>34.146</u>	<u>49.897</u>	<u>(15.336)</u>	<u>34.561</u>

Movimentação do custo

	2013			2014	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	945	-	(4)	275	1.216
Máquinas e equipamentos	19.685	61	(39)	2.191	21.898
Veículos	1.832	-	(1.019)	1.633	2.446
Equipamentos operacionais	22.492	267	(12)	1.611	24.358
Imobilizado em andamento	4.943	5.784	-	(5.748)	4.979
	<u>49.897</u>	<u>6.112</u>	<u>(1.074)</u>	<u>(38)</u>	<u>54.897</u>

	2012			2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	795	8	(43)	185	945
Máquinas e equipamentos	19.168	-	(61)	578	19.685
Veículos	1.894	-	(62)	-	1.832
Equipamentos operacionais	22.250	-	(181)	423	22.492
Imobilizado em andamento	2.126	4.003	-	(1.186)	4.943
	<u>46.233</u>	<u>4.011</u>	<u>(347)</u>	<u>-</u>	<u>49.897</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 410 em 2014 (R\$ 293 em 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 10,86% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,65% a.a. em 2013.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(285)	(115)	2	(398)
Máquinas e equipamentos	(4.429)	(2.206)	29	(6.606)
Veículos	(600)	(346)	409	(537)
Equipamentos operacionais	(10.022)	(3.198)	10	(13.210)
	<u>(15.336)</u>	<u>(5.865)</u>	<u>450</u>	<u>(20.751)</u>

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	(217)	(88)	20	(285)
Máquinas e equipamentos	(2.394)	(2.066)	31	(4.429)
Veículos	(442)	(209)	51	(600)
Equipamentos operacionais	(6.407)	(3.697)	82	(10.022)
	<u>(9.460)</u>	<u>(6.060)</u>	<u>184</u>	<u>(15.336)</u>

12. Ativos intangíveis

	Taxa anual de amortização - %	2014			2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	351.007	(24.253)	326.754	327.982	(17.607)	310.375
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	733	(467)	266	695	(349)	346
		<u>351.740</u>	<u>(24.720)</u>	<u>327.020</u>	<u>328.677</u>	<u>(17.956)</u>	<u>310.721</u>

Movimentação do custo

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	327.982	23.025	-	351.007
Direitos de uso de sistemas informatizados	695	-	38	733
	<u>328.677</u>	<u>23.025</u>	<u>38</u>	<u>351.740</u>

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	298.676	29.306	327.982	
Direitos de uso de sistemas informatizados	695	-	695	
	<u>299.371</u>	<u>29.306</u>	<u>328.677</u>	

Foram acrescentados aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.706, em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.749 em 31 de dezembro de 2013). A taxa média de capitalização em 2014 foi de 10,86% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,65% a.a. em 2013.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	2013		2014	
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final (*)	
Direitos de exploração da infraestrutura	(17.607)	(6.646)	(24.253)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(349)	(118)	(467)	
	<u>(17.956)</u>	<u>(6.764)</u>	<u>(24.720)</u>	

	2012		2013	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	(11.700)	(5.907)	(17.607)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(209)	(140)	(349)	
	<u>(11.909)</u>	<u>(6.047)</u>	<u>(17.956)</u>	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico (curva de tráfego).

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

13. Diferido

	Taxa média anual de amortização %	2014			2013		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
		Juros sobre notas promissórias	10	40.591	(24.357)	16.234	40.591
Custos e despesas com pessoal	10	1.802	(1.081)	721	1.802	(901)	901
Serviços de terceiros	10	9.766	(5.861)	3.905	9.766	(4.883)	4.883
Materiais e manutenção de equipamentos e veículos	10	1.017	(609)	408	1.017	(508)	509
Gastos gerais	10	1.267	(759)	508	1.267	(633)	634
Despesas financeiras	10	6.241	(3.745)	2.496	6.241	(3.121)	3.120
Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas	10	9.347	(5.608)	3.739	9.347	(4.673)	4.674
Receitas financeiras	10	(8.476)	5.086	(3.390)	(8.476)	4.238	(4.238)
		<u>61.555</u>	<u>(36.934)</u>	<u>24.621</u>	<u>61.555</u>	<u>(30.778)</u>	<u>30.777</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	2013	2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Juros sobre notas promissórias	(20.297)	(4.060)	(24.357)
Custos e despesas com pessoal	(901)	(180)	(1.081)
Serviços de terceiros	(4.883)	(978)	(5.861)
Materiais e manutenção de equipamentos e veículos	(508)	(101)	(609)
Gastos gerais	(633)	(126)	(759)
Despesas financeiras	(3.121)	(624)	(3.745)
Gastos relativos ao contrato de concessão e amortização de despesas antecipadas	(4.673)	(935)	(5.608)
Receitas financeiras	4.238	848	5.086
	<u>(30.778)</u>	<u>(6.156)</u>	<u>(36.934)</u>

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2014	2013
2ª Emissão - Série 1	109,20% do CDI	0,1125% (a)	-	-	Maio de 2014	-	507.339 (b)
2ª Emissão - Série 2	111,00% do CDI	0,1157% (a)	2.539	265	Maio de 2015	559.957	557.575 (b)
2ª Emissão - Série 3	112,00% do CDI	0,1142% (a)	4.281	1.215	Maio de 2016	762.850	759.590 (b)
3ª Emissão - Série única	108,67% do CDI	0,0422% (a)	688	551	Abril de 2017	573.464	- (b)
Total				<u>2.031</u>		<u>1.896.271</u>	<u>1.824.504</u>
Circulante							
Debêntures						588.302	527.718
Custos de Transação						<u>(1.359)</u>	<u>(1.733)</u>
						<u>586.943</u>	<u>525.985</u>
Não circulante							
Debêntures						1.310.000	1.300.000
Custos de Transação						<u>(672)</u>	<u>(1.481)</u>
						<u>1.309.328</u>	<u>1.298.519</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantia

(b) Fidejussória do acionista controlador:

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2014</u>
2016	750.000
2017	<u>560.000</u>
Total	<u><u>1.310.000</u></u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 05 de maio de 2011, foi realizada a 2ª emissão pública de debêntures, no total de 180.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries.

As debêntures da 1ª série, com valor nominal total de R\$ 500.000, e remuneração de 109,20% do CDI, e as da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 550.000, e remuneração de 111,00% do CDI foram totalmente subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2011 pelo mesmo montante.

As debêntures da 3ª série, com remuneração de 112,00% do CDI, valor nominal total de R\$ 750.000 foram subscritas e integralizadas em 28 de julho de 2011. Em 02 de maio de 2014, foi liquidada a série 1 da 2ª emissão de debêntures.

Assim como na 1ª série, os juros da 2ª e 3ª séries são pagos semestralmente e o principal em parcela única na data de vencimento, sendo em maio de 2015 e 2016 respectivamente.

As debêntures das três séries foram garantidas por fianças prestadas pelos acionistas na proporção de suas participações à época da emissão, sendo CCR (95%) e Encalço (5%).

As debêntures podem ser resgatadas antecipadamente mediante o pagamento de prêmio.

Um dos principais eventos de vencimento antecipado é a não manutenção, por dois trimestres consecutivos de índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a atualização, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os índices são: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e/ou EBITDA/Despesas financeiras que não deverá ser inferior a 2.

Em 15 de abril de 2014, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, com esforços restritos, num total de 56.000 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal total de R\$ 560.000, as quais têm remuneração de 108,67% do CDI.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro e o valor nominal das debêntures será pago integralmente em 15 de abril de 2017, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas dividendos, inclusive a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;
- Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% do seu patrimônio líquido sem que haja prévia anuência dos debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestadas em assembleia especialmente convocada para este fim;
- O índice Dívida Líquida dividido pelo EBITDA, obtido nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR, seja superior a 4 por dois trimestres consecutivos.

15. Fornecedores

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	4.424	4.337
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	50	12
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>5.041</u>	<u>4.618</u>
	<u>9.515</u>	<u>8.967</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais federais e municipais a recolher

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante		
ISS	1.024	975
COFINS	578	537
INSS retido na fonte	156	198
PIS, COFINS e CSLL retidos	58	66
PIS	125	116
Outros	21	22
	<u>1.962</u>	<u>1.914</u>
Não Circulante		
IRRF sobre mútuos	<u>57.690</u>	<u>45.366</u>

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2013</u>		<u>2014</u>			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Trabalhistas	124	538	(62)	1	(27)	574
Total	<u>124</u>	<u>538</u>	<u>(62)</u>	<u>1</u>	<u>(27)</u>	<u>574</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível no montante de R\$ 120 e trabalhistas R\$ 716.

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Cíveis e administrativos	120	26
Trabalhistas e previdenciários	<u>716</u>	<u>49</u>
	<u>836</u>	<u>75</u>

18. Provisão de manutenção

	<u>2013</u>		<u>2014</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	-	223	33	(1)	255
Não circulante	<u>2.453</u>	<u>1.767</u>	<u>322</u>	<u>-</u>	<u>4.542</u>
	<u>2.453</u>	<u>1.990</u>	<u>355</u>	<u>(1)</u>	<u>4.797</u>
	<u>2012</u>		<u>2013</u>		
Não circulante					
Provisão de manutenção	<u>420</u>	<u>1.918</u>	<u>115</u>	<u>-</u>	<u>2.453</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão de 2011 a 2014 são de 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a. e 12,29% a.a respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

19. Patrimônio Líquido

- Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 835.700 composto por 417.850 ações ordinárias, e 417.850 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2014 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$ 111.000 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A. em 30 de abril de 2014, sendo R\$ 54.000 em decorrência dos contratos de mútuo firmados com a Companhia e R\$ 57.000 oriundo de capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, posto que a acionista Encalso Construções Ltda. (“ENCALSO”), em 30 de abril de 2014, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 1,4286%. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR S.A., em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR 98,7670% e ENCALSO 1,2330%.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 4 de novembro de 2014 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração o aumento do capital da Companhia no valor total de R\$ 24.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 50% preferenciais e 50% ordinárias, com preço de emissão fixado em R\$1,00 (um real) por ação, subscritas e integralizadas pela acionista CCR S.A., posto que a acionista Encalso Construções Ltda. (“ENCALSO”), em 03 de novembro de 2014, manifestou sua falta de interesse de realizar a subscrição e integralização de capital correspondente ao seu percentual de participação na Companhia, que até então era de 1,2330%. Diante disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 835.700 de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 417.850 de ações ordinárias e 417.850 de ações preferenciais. Em consequência ao aumento de capital social subscrito e integralizado pela acionista CCR S.A., em razão de decisão da ENCALSO, fazem constar que o percentual de participação das acionistas passou a ser de CCR 98,8034% e ENCALSO 1,1966%.

20. Receitas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas de pedágio	220.289	203.992
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	19.319	27.557
Receitas acessórias	2.007	1.536
Receita bruta	<u>241.615</u>	<u>233.085</u>
Impostos sobre receitas	(18.901)	(17.485)
Ganho na arrecadação de pedágio	1	263
Deduções da receita bruta	<u>(18.900)</u>	<u>(17.222)</u>
Receita líquida	<u>222.715</u>	<u>215.863</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(217.102)	(159.911)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(83.307)	(60.057)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(355)	(115)
Capitalização de custos de empréstimos	4.116	2.042
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(234)	(284)
	<u>(296.882)</u>	<u>(218.325)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	4.073	2.075
Juros e outras receitas financeiras	57	20
Juros e variações monetárias sobre mútuos	7.108	-
	<u>11.238</u>	<u>2.095</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(285.644)</u>	<u>(216.230)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos, com o objetivo de proteção, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadro a seguir:

	2014				2013			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	19.407	-	-	19.407	17.038	-	-	17.038
Contas a receber de clientes	-	1.168	-	1.168	-	997	-	997
Contas a receber - partes relacionadas	-	12.610	-	12.610	-	11.449	-	11.449
Contas a receber de cessão de crédito/mútuo	-	330.526	-	330.526	-	-	-	-
Passivos								
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	-	-	-	-	(96)	(96)
Debêntures (a)	-	-	(1.896.271)	(1.896.271)	-	-	(1.824.504)	(1.824.504)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(10.178)	(10.178)	-	-	(9.095)	(9.095)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(109)	(109)	-	-	(24)	(24)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(735.634)	(735.634)	-	-	(718.651)	(718.651)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	-	-	-	(57.000)	(57.000)
	<u>19.407</u>	<u>344.304</u>	<u>(2.642.192)</u>	<u>(2.278.481)</u>	<u>17.038</u>	<u>12.446</u>	<u>(2.609.370)</u>	<u>(2.579.886)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, créditos a receber de cessão de crédito, fornecedores, outras contas a pagar e mútuo** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelo seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	1.898.302	1.926.575	1.827.718	1.858.662

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupons e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

Hierarquia de valor justo

A companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Aplicações financeiras	19.407	17.038

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, a análise de sensibilidade nas variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Mai de 2015	560.222	(22.878)	(28.359)	(33.754)
Debêntures	Aumento do CDI	Mai de 2016	764.065	(98.833)	(123.724)	(148.684)
Debêntures	Aumento do CDI	Mai de 2017	574.015	(71.910)	(89.981)	(108.087)
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:				<u>(193.621)</u>	<u>(242.064)</u>	<u>(290.525)</u>
	CDI ⁽²⁾			11,57%	14,46%	17,36%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

No item (2) abaixo, esta detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 31/12/2014, divulgada pela CETIP.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Responsabilidade civil - R\$ 77.000
- Riscos de engenharia - conservação e manutenção - R\$ 10.500
- Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos - R\$ 1.536
- Riscos patrimoniais/operacionais - R\$ 132.000
- Perda de receita - R\$ 19.463
- Veículos: cobertura para danos materiais R\$ 9.500, sendo (R\$ 500 por veículo) e para danos morais R\$ 1.900 sendo (R\$ 100 por veículo).

Além disso, a Companhia possui duas apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 86.733, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de 01 de julho de 2013 a alíquota passou de 3% para 1,5%, conforme deliberado pela ARTESP.

O saldo de outorga variável a pagar em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 284 (R\$ 263 em 31 de dezembro de 2013).

No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 3.315 referente ao direito de outorga variável (R\$ 5.023 em 31 de dezembro de 2013).

b. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão

A prática contábil prevista na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) é a de não registrar o ativo transferido pelo Poder Concedente.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Compromissos vinculados à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2014 esses compromissos estavam estimados em R\$ 426.587 (R\$ 418.676 em 31 de dezembro de 2013).

25. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício de 2014:

	<u>2014</u>
Cessão de direitos - partes relacionadas	323.418
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>323.418</u>
Impostos diferidos	(323.418)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(323.418)</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	57.000
Mútuo com partes relacionadas	54.000
Integralização de capital	(111.000)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
José Braz Cioff	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3